

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

AME

Alvo errado

Ao tabelar em doze por cento os juros anuais cobrados pelos bancos, a Assembléia Constituinte visou um alvo e acertou outro, bem diferente. Pretendeu facilitar a vida das pessoas que se utilizam do crédito bancário, mas na verdade abriu caminho para uma possível recessão brasileira em moldes bem além do figurino do Fundo Monetário Internacional.

Essa decisão da Constituinte, segundo o professor Carlos Eduardo de Freitas, consultor da Organização das Nações Unidas e ex-diretor do Banco Central (área externa), se mantida na votação do segundo turno, irá determinar um ajuste forte e brusco na economia nacional, como preconiza ordinariamente o FMI.

Autoridades governamentais responsáveis pela área econômica concordam com a tese do antigo diretor do BC. O certo é que, para enquadrar o mercado ao tabelamento de juros, o Governo seria inevitavelmente conduzido a um choque fiscal destinado a reduzir despesas e incrementar as receitas públicas. Um caminho fácil para a recessão, pelo menos até a retomada do desenvolvimento interno em regime de inflação zero ou contida em limites mínimos.

Setores confiáveis em suas projeções vislumbram um período entre dois e três anos em que a produção industrial despencaria, saltando espetacularmente a taxa de desempregados, a par de expressiva queda da renda nacional. Entendem tais observadores, acurados em suas previsões, que ne-

nhum setor produtivo ficaria incólume ante o choque provocado pela frenagem de suas atividades. O famoso **deficit** público baixaria, ou poderia até sumir, mas o subproduto estaria próximo do caos.

Observa-se, a propósito, que só mesmo por ironia se pode imaginar estivesse semelhante quadro caótico nos planos dos 314 deputados e senadores cujos votos respondem pela aprovação do item constitucional limitativo dos juros. O ex-diretor do Banco Central ressalta, ironicamente, que os constituintes "não seriam irresponsáveis, levianos, a ponto de levar o Governo e a economia ao caos".

O fato, porém, é que, nesta hora de aflições generalizadas, não se deve encarar com ironia a crise nacional. É necessário enfrentar as questões com diagnósticos tão palpáveis como a própria realidade crítica da economia brasileira. Com o País longe de um certame de tiradas humorísticas, e muito menos de um jogo onde pessoas responsáveis se dêem ao luxo de agir de modo inconseqüente objetivar um alvo e atingir outro, diametralmente oposto, é coisa de trapalhões.

Aí está matéria de profunda análise: de um lado, a decisão da Constituinte, ainda passível de alterações; de outro, um diagnóstico sério feito por pessoas abalizadas. E, acima de tudo, o Brasil e sua necessidade de traçar um futuro sem traumas para seus habitantes.